

Falta de regulamentação da licença-maternidade é entrave na atuação da mulher na política

Benefício geralmente não está previsto nos regimentos internos, e parlamentares enfrentam barreiras para conciliar mandato e maternidade

[\(El País | 31/08/2020 | Por Breiller Pires\)](#)

Em 2018, quase metade das candidaturas ao Legislativo em todo o país era de pessoas negras, mas, no fim, somente 4% acabaram eleitas. Uma delas foi [Benedita da Silva \(PT-RJ\)](#), que renovou seu mandato de deputada federal e hoje é pré-candidata à Prefeitura do Rio de Janeiro. Inconformada com a baixa representatividade na política, ela apresentou uma consulta ao [Tribunal Superior Eleitoral](#) (TSE) demandando reparte mais igualitário de recursos públicos de campanha entre candidatos negros e brancos, o que foi [aprovado por maioria pelos ministros](#) na semana passada. Pela decisão, que vale a partir de 2022, a divisão dos fundos partidário e eleitoral, além do tempo de propaganda na TV, terá de ser proporcional ao número de postulantes negros.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)